

Corporações têm domínio do Parlamento

Ruralistas, nacionalistas, evangélicos e parlamentares ligados ao setor de Saúde se unem para garantir o poder dos grupos no Legislativo, sobrepondo-se à influência dos partidos políticos

JOÃO DOMINGOS

BRASÍLIA — A atuação dos grupos que impediram a aprovação do plano econômico do governo expõe, nos últimos dias, a face real do Congresso: o Parlamento brasileiro que funciona não é o dos partidos políticos, e sim o das corporações. Estas formam bancadas suprapartidárias grandes e poderosas. Os ruralistas, por exemplo, têm o dobro do tamanho do PMDB, que é o maior partido no Congresso.

Maior do que a bancada ruralista, e muito mais plural, é a dos parlamentares nacionalistas. Esta une deputados de esquerda, como Haroldo Lima (PC do B), Ernesto Gradella (PSTU-SP) e Paulo Ramos (PDT-RJ), a políticos de tendências tão variadas quanto Prisco Viana (PPR-BA) e Josaphat Marinho (PFL-BA). A bancada nacionalista torna inviável qualquer tentativa de quebrar o monopólio da Petrobrás. Todos os seus integrantes consideram estratégico o setor petrolífero.

Sempre que o interesse de um desses grupos é contrariado, a reação dos que pertencem às corporações é imediata. A bancada ruralista acaba de impedir a aprovação da Medida Provisória 457, que estabelece a URV, base do plano econômico do governo. Para dar apoio à proposta do Planalto, exigiram o perdão das dívidas contraídas antes do Pla-

no Collor. Nas negociações, obtiveram a promessa de rolagem da dívida por cinco anos. Não concordaram e aumentaram as exigências, pois sabem que a força de pressão que poderão exercer será ainda maior.

“O corporativismo goza de um excelente ambiente no Congresso”, afirma o líder do PFL na Câmara, deputado Luís Eduardo Magalhães (BA), que se diz contrário a toda ação que vise manter privilégios de grupos. Mesmo pensando assim, Luís Eduardo reforçou o núcleo dos parlamentares que se juntaram para salvar o mandato do deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE) na Comissão de Constituição e Justiça, acusado de irregularidades na Comissão de Orçamento.

Exercitou-se, naquele momento, o corporativismo da dívida, pois boa parte dos parlamentares deve algum favor a Fiúza.

Para o líder do governo na Câmara, Luiz Carlos Santos (PMDB-SP), o crescimento dos grupos “está tornando inviável a política, as instituições e os partidos”. De acordo com ele, a revisão constitucional foi um

fracasso porque as corporações agiram em proveito próprio, em troca da aprovação de modificações que seriam importantes na Carta. Para piorar a situação, algumas bancadas, como a ruralista, tentaram introduzir suas reivindicações em locais próprios, como o texto da MP 457.

Menor do que as bancadas nacionalista e ruralista, a Frente Parlamentar de Saúde reúne congressistas de todas as tendências ideológicas e defende, principalmente, a liberação de verbas para os hospitais que têm convênio com o Ministério da Saúde. Essa bancada se juntou à dos ruralistas e fez com que o governo optasse por não levar a MP 457 a votação no plenário.

No caso dos ruralistas, a reação deu-se pela defesa do bolso. Porém, há inúmeros casos em que os grupos se unem por bandeiras diferentes, sejam políticas ou religiosas. Os evangélicos, um grupo de cerca de 30 parlamentares, estão sempre prontos

a brigar pela volta da censura aos meios de comunicação, ou reivindicar favores, principalmente do Orçamento da União, que costuma contemplar suas igrejas com verbas públicas. Durante a votação dos cinco anos de mandato para o então presidente José Sarney quase todos os evangélicos foram presenteados com uma emissora de rádio.